

Artigo Original

O Estímulo ao Empreendedorismo por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão

Getulio Jorge Stefanello Júnior¹, Viviane Silva Ramos², Eduardo Giroto³ e Clarice Monteiro Escott⁴

1. Doutor em Ciências. Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) *Campus Sertão*. Sertão. Rio Grande do Sul.

2. Doutora em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) *Campus Sertão*, RS.

3. Doutor em Ciência do Solo. Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), *Campus Bento Gonçalves* e Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do IFRS. Bento Gonçalves, RS.

4. Doutora em Educação. Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), *Campus Porto Alegre* e docente permanente do Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Porto Alegre, RS.

getulio.stefanello@sertao.ifrs.edu.br, viviane.ramos@ifrs.edu.br, eduardo.giroto@bento.ifrs.edu.br
e clarice.escott@poa.ifrs.edu.br

Palavras-chave

Currículo

Educação profissional

Empreendedorismo

Resumo: O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) tem por finalidade e característica, dentre outras, estimular o empreendedorismo. Nesse sentido, o ensino, a pesquisa e a extensão assumem importante objetivo institucional de desenvolver ações que contribuam com processos educativos na formação integral e profissional, visando à inovação e à solução de problemas sociais, científicos e tecnológicos. Assim, utilizando-se de metodologia exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa, mediante pesquisa bibliográfica e documental, este trabalho reúne algumas iniciativas desenvolvidas no IFRS como estímulo ao empreendedorismo. No ensino, com base na análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, realizada em 2015, constatou-se que o tema *empreendedorismo*, enquanto componente curricular ou contido em seu conteúdo programático, esteve presente em, aproximadamente, 70% dos cursos técnicos e 61% dos cursos superiores. Na pesquisa, o IFRS apoia projetos para implantação e estruturação de habitats de inovação e empreendedorismo, tais como incubadoras, e conta com 1 grupo e 5 linhas de pesquisa que contemplam o empreendedorismo. Na extensão, segundo levantamento realizado em 2017, foram identificadas 56 ações desenvolvidas e vinculadas à linha *empreendedorismo*. Outrossim, a oferta do curso *Bota pra fazer* proporcionou a formação de aproximadamente 280 participantes em assuntos referentes ao empreendedorismo. Nesse cenário, destaca-se o importante protagonismo dos estudantes e servidores, cujas iniciativas encontram-se publicadas na Revista Viver IFRS, intitulada *Estímulo ao empreendedorismo*. Dessa forma, constata-se que as diferentes dimensões acadêmicas podem contribuir com os processos educativos que envolvem o tema *empreendedorismo*, sobretudo aquelas que valorizam o desenvolvimento de competências empreendedoras.

Artigo recebido em: 20.08.2018

Aprovado para publicação em: 29.10.2018

INTRODUÇÃO

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, (BRASIL, 2018a), foi concebida em 1909, quando Nilo Peçanha, Presi-

dente da República na época, criou 19 Escolas de Aprendizizes e Artífices, as quais, posteriormente, deram origem aos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) (HISTÓRICO, 2018).

Atualmente, a RFEPCCT é constituída por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), criados pela mesma Lei nº 11.892/2008, que oferecem cursos de qualificação profissional, técnicos de nível médio, superiores de tecnologia, licenciaturas, bacharelados e de pós-graduação, em todos os Estados do Brasil. Também compõem a RFEPCCT 2 Cefets, 23 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e o Colégio Pedro II (REDE..., 2018). Nesse cenário de expansão, marcada pela interiorização das instituições federais de ensino, com oferta de ensino público, gratuito e de qualidade, e de sua importante e estratégica capilaridade, a RFEPCCT totaliza, em 2018, 659 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país (REDE..., 2018).

Os IFs, em especial, têm por finalidades e características, dentre outras, “*realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico*” (BRASIL, 2018a, p. 2).

Entretanto, os conceitos e definições para o tema empreendedorismo não são estáticos e têm abordagens distintas por diferentes autores que tratam do assunto. De acordo com Baggio e Baggio (2014, p. 26):

O empreendedorismo é o despertar do indivíduo para o aproveitamento integral de suas potencialidades racionais e intuitivas. É a busca do auto-conhecimento em processo de aprendizado permanente, em atitude de abertura para novas experiências e novos paradigmas. (Sic)

Além da concepção sobre o tema *empreendedorismo*, muitos autores tratam, também, da conceituação e da definição de seu protagonista, o *empreendedor*. Nesse sentido, Dornelas (2001, p. 37), em seu livro intitulado *Empreendedorismo: transformando idéias em negócios*, apresenta a definição de Joseph Schumpeter (1949), a qual define que “*O empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais*”. Segundo Dornelas (2001, p. 15), “*O empreendedor é aquele que faz as coisas acontecerem, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização*”.

Segundo Pacheco (2011, p. 84), percebe-se como eixo de atuação dos IFs um projeto de formação emancipatória. Assim:

Em tal proposta não cabe a compreensão do empreendedorismo em sua acepção restrita de competitividade e individualização da responsabilidade pelo sucesso ou fracasso profissional. O empreender é entendido em sua dimensão criativa e no comportamento pró-ativo na busca de alternativas viáveis para a solução de problemas coletivos.

Nesse sentido, é possível perceber que o tema *empreendedorismo*, citado nas finalidades e características dos IFs em sua lei de criação, se aproxima da definição de empreendedorismo social, que, segundo Silva et al. (2012, p. 106), apresentam pelo menos cinco características que o distingue dos demais, pois:

- a) é coletivo e integrado;
- b) produz bens e serviços para a comunidade local e global;
- c) tem o foco na busca de soluções para os problemas sociais e necessidades da comunidade;
- d) sua medida de desempenho são o impacto e transformação social;
- e) visa a resgatar pessoas da situação de risco social e promovê-las, a gerar capital social, inclusão e emancipação social.

Além disso, é possível perceber que a função social dos IFs está entre as outras finalidades e características de sua lei de criação, em especial naquelas que visam ao atendimento das demandas sociais e peculiaridades regionais, as quais encontram base no empreendedorismo para a execução de ações em prol do desenvolvimento local e regional. Somado a isso, os IFs têm, dentre outros, o objetivo de “*estimular e apoiar processos educativos que levam à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional*” (BRASIL, 2018a, p. 2).

Ao considerar todos esses apontamentos anteriores, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) referenciou o empreendedorismo em seus principais documentos norteadores, tais como Estatuto, Regimento Geral, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018, bem como em documentos que estabelecem políticas e orientações, sendo o ensino, a pesquisa e a extensão as dimensões acadêmicas responsáveis pelo apoio ao desenvolvimento de ações voltadas ao tema.

No âmbito do Estatuto do IFRS, o empreendedorismo é referenciado como uma das finalidades e características de atuação junto à sociedade, em consonância com o previsto em sua lei de criação (IFRS, 2018a).

Adicionalmente, para o desenvolvimento das suas finalidades, o IFRS propõe, em seu Regimento Geral, dentre outros, os objetivos institucionais de:

Desenvolver ações indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão de forma a contribuir com processos educativos na formação profissional, voltados ao empreendedorismo, objetivando a inovação e a solução de problemas sociais, científicos e tecnológicos; e,
Formar recursos humanos para a pesquisa, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, sendo desenvolvidos em articulação indissociável com o ensino, pesquisa e extensão, ao longo de toda a formação profissional (IFRS, Regimento Geral, 2018b, p. 6).

De acordo com Schmitz et al. (2015, p. 10-11):

[...] o principal desafio das universidades brasileiras no século XXI é incorporar a inovação e o empreendedorismo nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, de forma a ampliar a contribuição das universidades para o desenvolvimento econômico e social das regiões, estados e países onde estão inseridas, ao mesmo tempo que buscam mais autonomia e sustentabilidade.

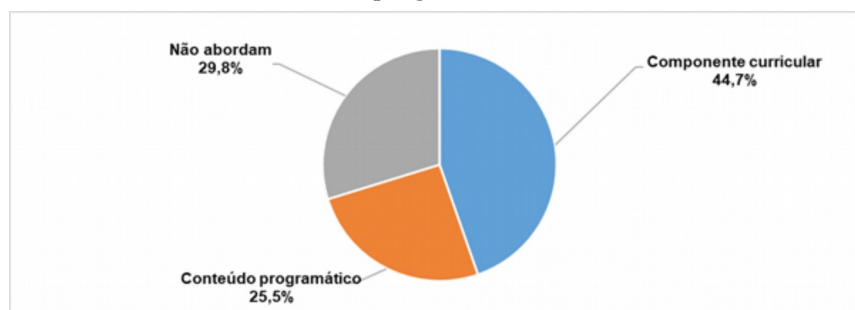
Nesse sentido, utilizando-se de metodologia exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa, ao contabilizar as ações institucionais desenvolvidas ou que abordam o tema *empreendedorismo*, mediante pesquisa bibliográfica e documental (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), o presente trabalho reúne algumas das diversas iniciativas de estímulo ao empreendedorismo que são desenvolvidas no IFRS, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, por meio da atuação dos estudantes e servidores.

O EMPREENDEDORISMO NO ÂMBITO DO ENSINO

Um dos objetivos dos IFs é a oferta de cursos técnicos de nível médio e superiores de graduação e pós-graduação, em todos os níveis e modalidades (BRASIL, 2018a). Nesse sentido, no intuito de verificar a inserção do empreendedorismo nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), no ano de 2015 foram analisados 94 PPCs técnicos de nível médio e 56 PPCs de graduação da Instituição, considerando a inclusão do tema no título do componente curricular ou a citação em seu conteúdo programático.

De acordo com os resultados obtidos, constatou-se que 44,7% dos PPCs técnicos de nível médio continham o tema *empreendedorismo* em, ao menos, um componente curricular. Em 25,5% dos PPCs técnicos de nível médio, o tema *empreendedorismo* foi citado em, ao menos, um conteúdo programático de componente curricular. Dessa forma, naquele ano, aproximadamente 70% dos cursos técnicos de nível médio abordavam conteúdos relacionados ao *empreendedorismo* (Figura 1).

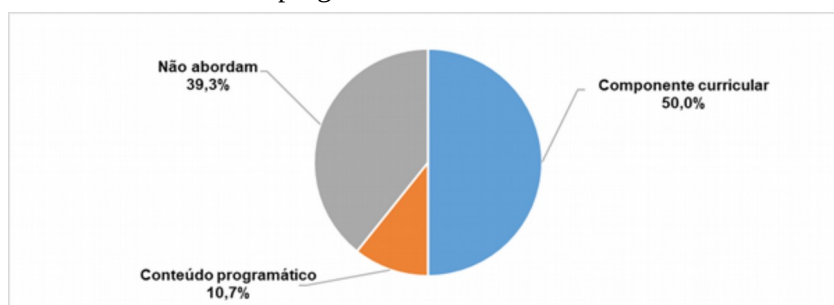
Figura 1. Porcentagem de projetos pedagógicos de cursos técnicos de nível médio que possuem, ao menos, um componente curricular com o tema *empreendedorismo* no título, ou possuem o tema citado em seu conteúdo programático ou não abordam o tema.



Fonte: Projetos Pedagógicos de Cursos técnicos de nível médio do IFRS. Elaborado pelo autor.

Já para os cursos superiores de graduação, observou-se que 50% dos PPCs continham o tema *empreendedorismo* em, ao menos, um componente curricular. Em 10,7% dos PPCs, o tema *empreendedorismo* foi citado em, ao menos, um conteúdo programático de componente curricular do curso. Dessa forma, naquele ano, aproximadamente 61% dos cursos de graduação abordavam tópicos relacionados ao *empreendedorismo* (Figura 2).

Figura 2. Porcentagem de projetos pedagógicos de cursos superiores de graduação que possuem, ao menos, um componente curricular com o tema *empreendedorismo* no título, ou possuem o tema citado em seu conteúdo programático ou não abordam o tema.



Fonte: Projetos Pedagógicos de Cursos de graduação do IFRS. Elaborado pelo autor.

Tais resultados se assemelham aos achados da pesquisa de Lopes e Torkomian (2014), que demonstraram que 72,3% dos cursos possuem a disciplina de empreendedorismo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS).

Também, de acordo com a quarta edição da pesquisa *Empreendedorismo nas Universidades Brasileiras*, realizada pela Endeavor e o SEBRAE em mais de 70 instituições de ensino superior de todas as regiões do país, os resultados demonstram que:

Em cerca de 50% dos cursos de engenharias e ciências sociais aplicadas (administração e outras), há disciplinas de empreendedorismo. Em contrapartida, outras áreas de conhecimento têm pouquíssima oferta de disciplinas, como ciências agrárias, da saúde, biológicas e humanas – em torno de 30% de oferta das disciplinas para esses cursos (EMPREENDEDO-RISMO..., 2018, p. 26).

Entretanto, a criação de disciplina intitulada Empreendedorismo não é recomendada pela Câmara de Educação Básica (CEB), do Conselho Nacional de Educação (CNE), conforme consta no Parecer nº 13, de 04 de agosto de 2010. Segundo a CNE/CEB, a orientação é que o “[...] *tema empreendedorismo seja adotado nas escolas de Ensino Médio como tema transversal e que o assunto seja desenvolvido na forma de projetos realizados com a participação das várias disciplinas convencionais*” (BRASIL, 2018b, p. 6).

Nesse sentido, a CNE/CEB, a partir da Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012, que *Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio*, aponta que os currículos devem proporcionar aos estudantes, entre outros, os fundamentos de empreendedorismo (BRASIL, 2018c).

No âmbito dos cursos superiores de tecnologia, o Conselho Pleno (CP) do CNE, através da Resolução nº 3, de 18 de dezembro de 2002, que *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia*, determina que os cursos deverão “*incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos*” (BRASIL, 2018d, p. 1).

Além dos PPCs, também foram analisados os documentos atualmente vigentes na área do ensino e que possibilitam o desenvolvimento de iniciativas voltadas ao tema *empreendedorismo*.

Nesse sentido, o IFRS, com o objetivo de “*Estimular práticas que ampliem vivências dos estudantes, além daquelas previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs)*”, dentre outros, regulamentou os Projetos de Ensino como atividade formulada “[...] *com vistas à melhoria dos processos de ensino-aprendizagem [...]*” (IFRS, 2018c, p. 1), as quais podem, também, envolver estudantes e servidores em temáticas voltadas ao empreendedorismo. Como resultado dessa importante normatização, constatou-se, no ano de 2017, o registro de 2 projetos de ensino envolvendo o empreendedorismo, em 2 *campi* do IFRS.

Adicionalmente, com a finalidade de apoiar financeiramente os projetos de ensino, mediante concessão de bolsas aos estudantes de ensino médio e superior, a Instituição também regulamentou e institucionalizou o Programa Institucional de Bolsas de Ensino (PIBEN) do IFRS (IFRS, 2018d). É importante destacar que o IFRS, por meio de edital que concede bolsas de ensino aos projetos, possui, como um dos critérios de avaliação das propostas, a *interdisciplinaridade curricular*, que refere-se à interdependência entre as diversas áreas do conhecimento (IFRS, 2018e), valorizando, na fase de análise da proposta, a orientação contida no Parecer CNE/CEB nº 13/2010.

De acordo com o relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) “A educação ao longo da vida baseia-se quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser” (DE LORS et al., 2010, p. 31). Segundo Lopes e Torkomian (2014, p. 10), “*isso ultrapassa a educação instrumental e aborda uma visão empreendedora, que vê o ambiente educacional como meio de criar o novo*”.

Nessa perspectiva, no trabalho sobre *A expansão da Rede Federal e o empreendedorismo como fator de inovação no ensino técnico*, que abordou o ensino de empreendedorismo nos cursos técnicos do *Campus*

Avançado Capivari, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Souza (2014, p. 9) inclui, em suas considerações finais, que:

[...] foi possível observar que existe uma convergência de esforços nas políticas públicas para a prática do desenvolvimento de habilidades empreendedoras, ou seja, o desenvolvimento da criação de uma cultura empreendedora.

Além disso:

[...] a educação exercida no IFSP parece não estar restrita a uma formação meramente profissional, mas preocupada em contribuir para a iniciação na ciência, nas tecnologias, na promoção de instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo e no desenvolvimento de habilidades que corroborem para a formação cidadã dos alunos e na sua preparação para o mercado de trabalho (SOUZA, 2014, p. 8-9).

Nesse contexto, Lopes (2010, p. 18) afirma que “[...] desde cedo, as habilidades pessoais relacionadas com o empreendedorismo devem ser enfocadas pelas escolas e mantidas até o nível superior”. Contudo, “[...] mais importantes do que o conteúdo das disciplinas serão as possibilidades de experiência oferecidas ao aluno engajado no próprio desenvolvimento” (LOPES, 2010, p. 28). Para isso, diferentes metodologias e práticas de ensino de empreendedorismo no Brasil foram compiladas por Lopes (2017).

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas associadas, que são integradas e indivisíveis (TRANSFORMANDO..., 2018). Nesse sentido, uma das formas para alcançar o ODS 4 – *Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos* – é:

Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo (TRANSFORMANDO..., 2018, p. 23).

Portanto, no IFRS, o ensino, de maneira articulada à pesquisa e à extensão, assume importante responsabilidade no que se refere à formação integral e emancipatória dos estudantes, oportunizando, enquanto processo educativo, o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas ao empreendedorismo e ao desenvolvimento socioeconômico local e regional.

O EMPREENDEDORISMO NO ÂMBITO DA PESQUISA

No que se refere à pesquisa, o objetivo dos IFs é “realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade” (BRASIL, 2018a, p. 2).

A partir disso, com base nas finalidades e características do IFRS, analisou-se a citação do tema *empreendedorismo* nos principais documentos Institucionais.

O Estatuto do IFRS estabelece as ações de pesquisa como:

[...] processo educativo para a investigação e o empreendedorismo, visando a inovação e à solução de problemas científicos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, com vistas ao desenvolvimento social (IFRS, Estatuto, 2018a, p. 15).

Além disso, o Regimento Geral do IFRS estabelece para a Pesquisa, Pós-graduação e Inovação a competência de “*estimular e promover o empreendedorismo através de incubação de empresas, visando à inovação tecnológica e ao atendimento às demandas socioeconômicas*” (IFRS, 2018b, p. 12).

A análise também esteve centrada nos grupos e linhas de pesquisa, bem como nos editais de fomento e outros documentos institucionais que tratam do empreendedorismo.

Assim, além de previsto nos principais documentos norteadores do IFRS, constatou-se que a Instituição conta, atualmente, com 1 grupo e 5 linhas de pesquisa que, em seu título, abordam o *empreendedorismo* (CLASSIFICAÇÃO..., 2018). Contudo, inferir que os demais grupos e linhas de pesquisa não realizam projetos voltados ao *empreendedorismo* seria incorrer em equívoco, pois o tema, enquanto assunto transversal no ensino e finalidade e característica dos IFs, pode estar envolvido nos projetos que apresentam estruturas indissociáveis entre ensino, pesquisa e extensão.

Segundo Verga e Silva (2014, p. 5), “*O campo de estudos do empreendedorismo é visto como uma nova ciência [...]*”. Nesse contexto, segundo os autores, [...] *o surgimento de algumas definições para o termo, favoreceu essa concretização no meio científico*” (VERGA; SILVA, 2014, p. 14).

De acordo com Versiani, Bertucci e Guimarães (2018, p. 5), o Centro de Empreendedorismo PUC. MINAS tem por objetivo, dentre outros, “*desenvolver linhas de pesquisa na área do empreendedorismo*”. Segundo os autores:

O incentivo às atividades de pesquisa é fundamental para oferecer suporte e embasar ações futuras do Centro de Empreendedorismo e significam oportunidade para gerar e acumular informações consistentes acerca da problemática das ações empreendedoras (VERSIANI; BERTUCCI; GUIMARÃES, 2018, p. 8).

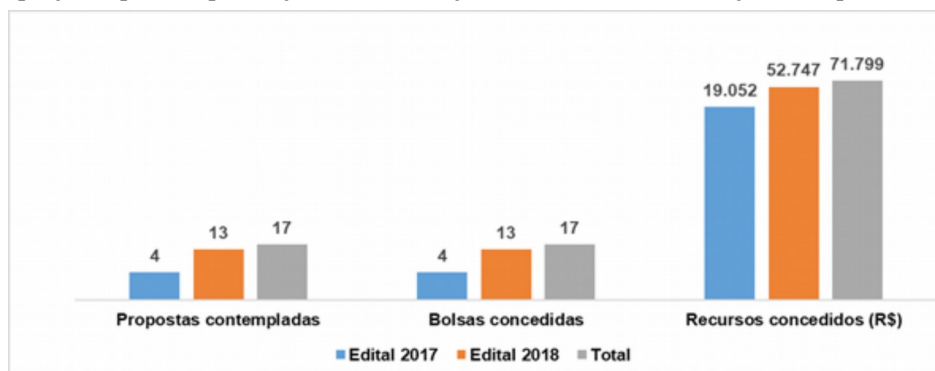
Em relação à normatização, o IFRS conta com regulamento das atividades de pesquisa, o que oportuniza aos servidores e estudantes o desenvolvimento de projetos de natureza científica, tecnológica e de inovação (IFRS, 2018f). De maneira análoga ao ensino, a Instituição dispõe do Programa de Bolsas de Iniciação Científica e/ou Tecnológica (PROBICT), destinada aos estudantes, bem como do Auxílio Institucional à Produção Científica e/ou Tecnológica (AIPCT), com o propósito de fomentar financeiramente os projetos de pesquisa (IFRS, 2018g).

Além disso, no intuito de impulsionar as iniciativas voltadas ao *empreendedorismo*, o IFRS publica, anualmente, edital de apoio a projetos para implantação e estruturação de habitats de inovação e empreendedorismo. O referido edital tem por objetivos:

- 1.1. Fomentar a implantação e a estruturação de habitats de inovação e empreendedorismo nos campi do IFRS.
- 1.2. Contribuir para o desenvolvimento de competências de gestão dos habitats para o apoio à inovação e ao empreendedorismo nos campi do IFRS.
- 1.3. Fomentar a inovação tecnológica e social e o empreendedorismo como agentes promotores do desenvolvimento regional (IFRS, 2018h, p. 1).

De acordo com a Figura 3, o IFRS já contemplou 17 projetos, concedendo 17 bolsas de pesquisa aos estudantes e, aproximadamente, R\$ 72.000,00 para a execução das propostas contempladas.

Figura 3. Número de propostas contempladas, bolsas e recursos financeiros concedidos em editais de apoio a projetos para implantação e estruturação de habitats de inovação e empreendedorismo.



Fonte: Editais de pesquisa do IFRS. Elaborado pelo autor.

Dentre os habitats com foco no empreendedorismo, o IFRS conta com cinco incubadoras tecnológicas e/ou sociais, implantadas ou em fase de implantação, nos *Campi* Farroupilha, Osório, Porto Alegre, Restinga e Viamão. Essas iniciativas, além de envolverem os estudantes e oportunizarem o desenvolvimento de suas mais diversas competências, incluindo as empreendedoras, promove o desenvolvimento local e regional das comunidades de abrangência da Instituição.

Segundo Noro, Capelari e Abbade (2011, p. 14):

[...] é fundamental a busca de incentivo e apoio para que ideias inovadoras se tornem negócios e, a busca por incubadoras de empresas, que tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento econômico-social, através do incentivo ao ensino de empreendedorismo ganha importância, pois tem a finalidade de atuarem desde a concepção inicial da ideia, auxiliando na viabilidade econômica e possível consolidação no mercado, estimulando empreendedorismo, inovação, tecnologia e, por fim, o desenvolvimento regional.

Nesse contexto, Fiala e Andreassi (2013), com o objetivo de analisar as contribuições das incubadoras de negócios como agentes estimuladores da aprendizagem do empreendedorismo, sintetizaram os principais resultados encontrados, os quais podem ser visualizados no Quadro 1.

Portanto, as ações promovidas pelo IFRS como estímulo ao empreendedorismo, por meio do apoio e do fomento à implantação de ambientes que proporcionem o desenvolvimento de projetos de pesquisa aliados à inovação em prol do desenvolvimento de negócios e soluções à sociedade, tornam-se imprescindíveis para o desenvolvimento local e regional.

Quadro 1. Síntese dos resultados encontrados sobre as contribuições das incubadoras de negócios como agentes estimuladores da aprendizagem do empreendedorismo.

CATEGORIAS DE ANÁLISE	RESULTADOS
Incubadora como fonte de estímulo ao empreendedorismo	Foi verificada uma forte influência da incubadora na intenção de empreender, principalmente em função do conhecimento dos projetos de fomento a novos negócios
Impacto da experiência na incubadora	O impacto se dá principalmente no encorajamento e fortalecimento da intenção de empreender, além de ampliar e até mesmo modificar o conhecimento que os pesquisados possuíam
Incubadora como agente estimulador do empreendedorismo	Pesquisados percebem a viabilidade de se tornar um empreendedor e a importância do apoio de uma incubadora
Motivos que levam à experiência na incubadora	Os motivos são, na maioria, casuais. Há necessidade de maior divulgação da atuação das incubadoras, começando pelo próprio ambiente acadêmico
Formas de aprendizagem	Aprendizagem é fortemente baseada na troca de informações e experiências, encorajada pela flexibilidade das tarefas, diversidade de situações e autonomia na tomada de decisões

Fonte: Fiala e Andreassi (2013).

O EMPREENDEDORISMO NO ÂMBITO DA EXTENSÃO

No que se refere à extensão, os IFs têm por objetivo, dentre outros:

Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos (BRASIL, 2018a, p. 2).

Nesse sentido, com base nas finalidades e características do IFRS, analisou-se a inclusão do tema *empreendedorismo* em alguns documentos produzidos pelos fóruns da extensão, bem como nos principais documentos e nas iniciativas identificadas na Instituição.

No documento do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), o empreendedorismo foi elencado como uma das 53 linhas de extensão, as quais têm especial importância para a nucleação das ações que são desenvolvidas pela Instituição junto à sociedade (CORRÊA, 2007).

Já no âmbito dos IFs, o Fórum de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FORPROEXT) estabeleceu o *“empreendedorismo e associativismo”* como uma das 8 dimensões de atuação da extensão (XAVIER et al., 2013, p. 17), a qual, no contexto da Política de Extensão do IFRS, “[...] compreende a difusão e aplicação dos conhecimentos e práticas para a formação da cultura empreendedora e do associativismo, com ênfase no cooperativismo” (IFRS, 2018i, p. 7).

No IFRS, o empreendedorismo, além de representar uma das linhas de extensão, é, também, uma das subáreas da área temática Tecnologia e Produção (IFRS, 2018j), cuja finalidade é orientar a categorização da ação de extensão em sua fase de elaboração.

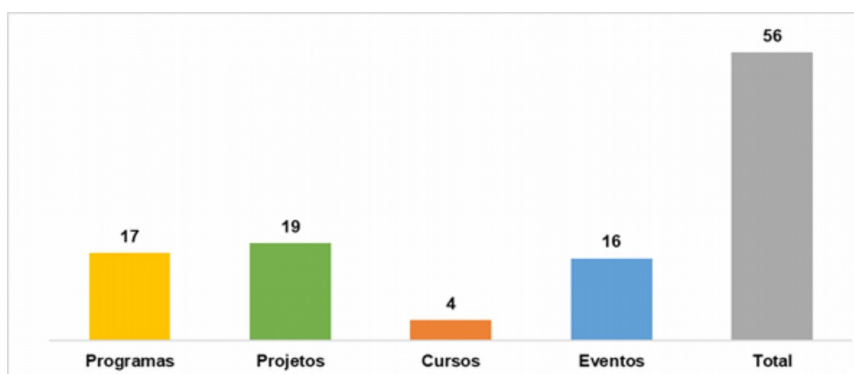
Além disso, entre os principais documentos norteadores, o Regimento Geral do IFRS estabelece, para a Extensão, a competência de:

Apoiar o desenvolvimento de ações de integração entre a Instituição e o mundo do trabalho, atuando, entre outras, nas áreas de do empreendedorismo, da inovação social e da economia solidária, de estagiários e de visitas técnicas (IFRS, Regimento Geral, 2018b, p. 11).

Nesse contexto, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 da Instituição (IFRS, Plano de Desenvolvimento Institucional, 2018k, p. 91) inclui o empreendedorismo em uma das metas extensionistas para atendimento ao objetivo estratégico de “*estimular ações que visam o desenvolvimento local e regional*”. Anualmente, os objetivos estratégicos, bem como suas metas, são elementos norteadores para a elaboração do Plano de Ação do IFRS.

Em relação às iniciativas extensionistas, considerando levantamento realizado no ano de 2017, tendo como análise o registro no sistema informatizado adotado pela instituição, foram identificadas 56 ações vinculadas à linha de extensão *empreendedorismo*, as quais foram desenvolvidas sob a forma de programas, projetos, cursos e eventos (Figura 4).

Figura 4. Número de ações de extensão vinculadas à linha de extensão empreendedorismo, desenvolvidas sob a forma de programas, projetos, cursos e eventos no IFRS.



Fonte: IFRS. Elaborado pelo autor.

Dentre as iniciativas desenvolvidas pela Pró-reitoria de Extensão, até meados de 2018, a oferta do curso *Bota pra fazer – crie seu negócio de alto impacto*, da Endeavor, com o apoio do Sebrae, de 2015 a 2017, proporcionou a formação de, aproximadamente, 280 participantes em assuntos atinentes ao empreendedorismo. O curso oportunizou aos participantes o acesso a 12 etapas, institucionalmente divididas em módulos básico, intermediário e avançado, como possibilidade de formação complementar e estímulo ao empreendedorismo.

Nos *campi* do IFRS, destaca-se o importante protagonismo dos estudantes e servidores, cujas iniciativas encontram-se publicadas na quarta edição da Revista Viver IFRS, intitulada *Estímulo ao empreendedorismo* (REVISTA VIVER IFRS, 2016). Dentre as iniciativas, estudantes do *Campus* Rio Grande foram destaque de capa da revista pelo protagonismo que assumiram, por meio do projeto *Miniempresa*, ao abrirem e administrarem o bar da Instituição por um determinado tempo.

De acordo com Galli et al. (2013, p. 28), o desenvolvimento de ecossistemas empreendedores voltados ao associativismo e ao cooperativismo, bem como “*Estruturar o apoio institucional às iniciativas estudantis voltadas ao associativismo e à organização e funcionamento de empresas juniores*”, dentre outros, compõem as políticas de extensão na RFEPCT para promover o desenvolvimento local e regional, a partir dos arranjos produtivos, sociais e culturais.

Dentre as iniciativas para os estudantes, a publicação da Lei nº 13.267, de 6 de abril de 2016, *Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior* (BRASIL, 2018e). A referida legislação tem por objetivos, entre outros, “melhorar as condições de aprendizado em nível superior, mediante a aplicação da teoria dada em sala de aula na prática do mercado de trabalho no âmbito dessa atividade de extensão” e “promover o desenvolvimento econômico e social da comunidade ao mesmo tempo em que fomenta o empreendedorismo de seus associados” (BRASIL, 2018e, p. 2, Art. 5º).

No IFRS, as empresas juniores estão constituídas sob a forma de projetos de pesquisa ou de extensão, envolvendo a participação de estudantes e de servidores. O apoio às iniciativas é oportunizado a partir de editais específicos, que podem conceder bolsa aos estudantes e recursos financeiros para execução das atividades relacionadas ao projeto contemplado.

Segundo Portes, Ananias e Teixeira (2011, p. 11), no trabalho *Ensino do Empreendedorismo e Extensão Universitária: uma política pedagógica articulada*:

[...] por meio de práticas como o projeto de extensão Agência X, pode ser possível promover a aproximação da universidade com a sociedade e dos alunos com o mundo do trabalho, viabilizar a convivência interativa entre professores e alunos e contribuir para o ensino do empreendedorismo em um contexto social.

O estímulo ao empreendedorismo, portanto, não está restrito aos limites físicos institucionais. De acordo com Martins et al. (2015, p. 139), ao abordarem os temas *empreendedorismo, perfil de um empreendedor, inovação e criatividade e empreendedorismo social* com estudantes de escolas de ensino médio, como atividades do projeto *Empreendedor por um dia*:

O entusiasmo dos alunos durante as oficinas e a avaliação positiva em relação a elas evidenciou que a temática se aproxima dos anseios e dos sonhos desses jovens. Acredita-se que adotar as metodologias ativas de ensino no desenvolvimento das oficinas também contribuiu, pois proporcionou a aproximação da teoria e da prática.

Além disso, Martins et al. (2015, p. 139-140), destaca que:

[...] de alguma forma, a realização das oficinas encorajou os alunos a ações de liderança na vida pessoal e profissional. Acredita-se que, com a participação na oficina, esses jovens estarão mais atentos ao mundo, o que lhes dará uma motivação inicial para empreender na vida.

Não obstante a isso, as iniciativas institucionais relacionadas à pesquisa e à extensão também necessitam considerar a capacitação dos servidores da Instituição, os quais estão diretamente envolvidos nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, em 2017, as Pró-reitorias de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e de Extensão, conjuntamente, organizaram o 1º Encontro de Pesquisadores e Extensionistas do IFRS, com o tema *Empreendedorismo e Inovação*. O evento, além de contar com palestras sobre a temática, também teve, em sua programação, minicursos voltados aos *Habitats de Empreendedorismo e Inovação: Incubadoras Tecnológicas e Sociais* e *Habitats de Empreendedorismo: Empresas Juniores*.

A respeito do assunto, Hashimoto e Grisi (2017) abordam sobre a prática da formação de professores de empreendedorismo e a importância do tema ainda pouco debatido no Brasil. De acordo com os autores:

[...] o desafio do professor não é o de “ensinar empreendedorismo” (transferir o conhecimento explícito), mas buscar mecanismos que facilitem o “aprendizado de empreendedorismo” pelos alunos, por meio do desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para que eles desenvolvam o seu próprio repertório tácito (HASHIMOTO; GRISI, 2017, p. 264).

Segundo Pacheco (2011, p. 84), com base na Lei nº 11.892/2008,

Na maior parte de suas finalidades, observa-se a insistência no estabelecimento de uma relação transformadora com a sociedade. Nesse sentido, as ações de extensão surgem como o laço entre as demandas sociais, o ensino e a pesquisa, devendo impactar na contínua revisão e harmonização do ensino e da pesquisa com as necessidades socioeconômicas e culturais, no diálogo permanente com os conhecimentos produzidos pela sociedade.

O empreendedorismo, nesse contexto, assume importante estratégia para o desenvolvimento local e regional das regiões onde o IFRS está inserido, pois, através da interação dialógica da Instituição, representada por seus servidores e estudantes, com a sociedade, representada por suas distintas organizações, permite identificar as demandas sociais e estabelecer propostas para a superação de suas necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a Agenda 2030 da ONU, uma das formas para alcançar o ODS 8 – *Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos* – é:

Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros (TRANSFORMANDO..., 2018, p. 26-27).

Recentemente, o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), criaram o *Programa Instituição Amiga do Empreendedor*, destinado a fomentar a realização de iniciativas de apoio ao desenvolvimento do empreendedorismo pelas instituições de ensino superior (BRASIL, 2018f). O referido programa tem por objetivos, entre outros, “*incentivar a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão com foco na geração de soluções de apoio e promoção ao empreendedorismo*” (BRASIL, 2018f, p. 45, Art. 2º).

Nesse cenário, de maneira complementar, o IFRS, através das Pró-reitorias de Ensino, de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e de Extensão, no período de março de 2016 a maio de 2018, assessoradas pelos seus respectivos comitês, estruturaram e propuseram políticas, normas, eventos e editais específicos, no intuito de apoiar e oportunizar aos estudantes e/ou à sociedade a participação em iniciativas voltadas ao empreendedorismo.

Assim, a realização de desafios criativos, maratonas e *hackathons*, entre outros eventos voltados ao empreendedorismo, bem como a implantação de ambientes que promovem a criatividade e a cultura empreendedora, tais como os *FabLabs* e as incubadoras tecnológicas e sociais, de forma a colaborar com os ecossistemas empreendedores, se configuram como importantes ações Institucionais que contribuem para o desenvolvimento de competências empreendedoras, a geração de inovações, a criatividade, a criação de novos negócios, entre outros.

Ao concluir, a RFEPCT, por suas finalidades e características, bem como por sua capilaridade, tem a importante responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento de habilidades em prol da geração de trabalho e renda para o desenvolvimento local e regional, a partir do empreendedorismo.

REFERÊNCIAS

- BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D.K. Empreendedorismo: Conceitos e Definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, n. 1, p. 25-38, 2014. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistas/article/viewFile/612/522>>. Acesso em: 14 out. 2018.
- BRASIL. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=30/12/2008>>. Acesso em: 27 set. 2018a.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer nº 13, de 04 de agosto de 2010. Consulta acerca da inclusão do Empreendedorismo como disciplina no currículo do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, da Educação Profissional e da Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6552-pceb013-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 28 set. 2018b.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 28 set. 2018c.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2018d.
- BRASIL. Lei nº. 13.267, de 6 de abril de 2016. Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 abr. 2016. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=07/04/2016>>. Acesso em: 01 out. 2018e.
- BRASIL. Portaria Interministerial nº 05, de 28 de setembro de 2017. Cria o Programa Instituição Amiga do Empreendedor e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 set. 2017. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=45&data=29/09/2017>>. Acesso em: 01 out. 2018f.

CLASSIFICAÇÃO dos grupos de pesquisa por grande área do conhecimento. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/pesquisa-pos-graduacao-e-inovacao/grupos-de-pesquisa/por-area-de-conhecimento/>>. Acesso em: 01 out. 2018.

CORRÊA, Edison José. (Org.). **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2018.

DELORS, Jacques. (Org.). Os quatro pilares da educação. **Educação: um tesouro a descobrir**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2018.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

EMPREENDEDORISMO nas Universidades Brasileiras 2016. **SEBRAE/Endeavor**. Disponível em: <<https://d335luu-pugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F6588%2F1476473621Relatorio+Endeavor+digital+%283%29.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2018.

FIALA, Nathalia; ANDREASSI, Tales. As incubadoras como agentes de aprendizagem de empreendedorismo. **Administração: ensino e pesquisa**, v. 14, n. 4, p. 759-783, out./nov./dez. 2013. Disponível em: <<https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/51/164>>. Acesso em: 21 out. 2018.

GALLI, A.P. et al. **Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais: Políticas de Extensão para o Desenvolvimento Local e Regional**. In: **Extensão tecnológica – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Cuiabá: CONIF/IFMT, 2013. Disponível em: <https://ww1.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201601411425429documento_extensao_tecnologica_v_5.0.pdf>. Acesso em: 04 out. 2018

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HASHIMOTO, Marcos; GRISI, Fernando Correa. A prática da formação de professores de empreendedorismo. In: LOPES, Rose Mary Almeida. (Org.). **Ensino de empreendedorismo no Brasil**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

HISTÓRICO. **Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/historico>>. Acesso em: 28 set. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS). Conselho Superior. Resolução nº 07, de 20 de agosto de 2009, alterada pelas Resoluções nº 044, de 27 de maio de 2014, nº 027, de 29 de março de 2016, e nº 037, de 19 de abril de 2016. Estatuto. Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Estatuto-IFRS-Atual.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2018a.

IFRS. Conselho Superior. Resolução nº 064, de 23 de junho de 2010, alterada pelas Resoluções nº 79 e 80, de 22 de outubro de 2013, e nº 007, de 28 de março de 2017. Regimento Geral. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Regimento_Geral_IFRS.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018b.

IFRS. Pró-reitoria de Ensino. Instrução Normativa nº 02, de 1º de março de 2018. Regulamenta os Projetos de Ensino no IFRS e revoga a IN nº 03, de 25 de maio de 2015. Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/documentos/instrucao-normativa-proenifrs-no-02-de-1o-de-marco-de-2018/>>. Acesso em: 01 out. 2018c.

IFRS. Conselho Superior. Resolução nº 022, de 03 de março de 2015. Programa Institucional de Bolsas de Ensino. Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/resolu%C3%A7%C3%A3o-022-2015.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2018d.

IFRS. Gabinete do Reitor. Edital IFRS nº 80/2017, de 18 de dezembro de 2017 – Bolsas de Ensino 2018. Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/editais/edital-ifrs-no-802017-de-18-de-dezembro-de-2017-bolsas-de-ensino-2018/>>. Acesso em: 15 out. 2018e.

IFRS. Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação. Instrução Normativa nº 002, de 20 de novembro de 2014. Regulamenta as atividades de pesquisa no IFRS. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2018/01/IN_002_2014-Atividades-de-pesquisa-retificada_09-01-2018.pdf>. Acesso em: 02 out. 2018f.

IFRS. Conselho Superior. Resolução nº 053, de 20 de agosto de 2013. Programa de Incentivo à Pesquisa e à Inovação. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolucao_53_13.pdf>. Acesso em: 2 out. 2018g.

IFRS. Gabinete do Reitor. Edital PROPPI nº 79/2017 – Apoio a projetos para implantação e estruturação de habitats de inovação e empreendedorismo. Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/editais/edital-proppi-no-792017-apoio-projetos-para-implantacao-e-estruturacao-de-habitats-de-inovacao-e-empreendedorismo/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

IFRS. Conselho Superior. Resolução nº 058, de 15 de agosto de 2017. Política de Extensão. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Resolucao_058_17_Completa.pdf>. Acesso em: 03 out. 2018i.

IFRS. Pró-reitoria de Extensão. Instrução Normativa nº 06, de 11 de dezembro de 2017. Estabelece sugestões de subáreas para cada área temática e linhas de extensão adotadas no IFRS, bem como suas formas de operacionalização mais frequentes e revoga a Instrução Normativa PROEX/IFRS nº 01/2010. Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/12/IN-06-2017-%C3%81reas-tem%C3%A1ticas-e-linhas-de-extens%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2018j.

IFRS. Conselho Superior. Resolução nº 117, de 16 de dezembro de 2014. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 – 2018. Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/PDI-2014-2018.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2018k.

LOPES, Rose Mary Almeida. Referenciais para a educação empreendedora. In: LOPES, Rose Mary Almeida (Org.). **Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, São Paulo: Sebrae, 2010, p.17-44.

LOPES, Cristina Lúcia Janini; TORKOMIAN, Ana Lúcia Vitale. **Educação empreendedora: um breve estudo da disciplina de empreendedorismo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais como indicador de mudança comportamental e geração de inovação**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PARQUES TECNOLÓGICOS E INCUBADORAS DE EMPRESAS, 24, 2014, Belém, Brasil. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.anprotec.org.br/Relata/ArtigosCompleto/ID%2046.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

LOPES, Rose Mary Almeida (Org.). **Ensino de empreendedorismo no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

MARTINS, Silvana Neumann et al. **A extensão universitária disseminando o empreendedorismo na educação básica: relato do projeto “Empreendedor por um dia”**. **Em Extensão**, v. 14, n. 2, p. 122-142, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/29687/pdf>>. Acesso em: 21 out. 2018.

NORO, Greice de Bem; CAPELARI, Nicole; ABBADE, Eduardo Botti. Incubadoras tecnológicas e o apoio ao empreendedorismo. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 8, Resende, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/731440.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2018.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. 1. ed. Brasília/São Paulo: Moderna, 2011.

PORTES, Márcio Rosa; ANANIAS, Sandro Patrício de; TEIXEIRA, Hêlvio de Avelar. **Ensino de empreendedorismo e extensão universitária: uma política pedagógica articulada**. In: CONGRESSO ONLINE – ADMINISTRAÇÃO, 2011. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_2933.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

RAMOS, Viviane. **O ensino médio integrado e a bolsa-formação estudante do Pronatec no IFRS: inclusão excluída?** 2017. 242 f. Tese (Doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) - Programa de Pós-graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2017.

REDE Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Portal do Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>>. Acesso em: 27 out. 2018.

REVISTA VIVER IFRS. **Estímulo ao empreendedorismo**. Disponível em: <<https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ViverIFRS/issue/view/41>>. Acesso em: 03 out. 2018.

SCHMITZ, Ademar et al. A inovação e o empreendedorismo e a sua relação com o ensino, a pesquisa e a extensão nas universidades brasileiras. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU, 15, 2015, Mar del Plata, Argentina. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/135889/101_00032.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 out. 2018.

SILVA, Fabiana Pontes da et al. Empreendedorismo social. **Revista Científica FacMais**, v. 2, n. 1, p. 104-111, 2012. Disponível em: <<http://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2012/10/8.EMPREENDEDORIS>

MO-SOCIAL-Fabiana-Pontes-da-Silva-et-al..pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

SOUZA, Leandro Aparecido de. A expansão da Rede Federal e o empreendedorismo como fator de inovação no ensino técnico. In: SIMPÓSIO ORÇAMENTO PÚBLICO E POLÍTICAS SOCIAIS, 2, 2014, Londrina. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/orcamentopublico/pages/arquivos/II%20Simposio/1-%20A%20EXPANSAO%20DA%20REDE%20FEDERAL%20E%20O%20EMPREENDEDORISMO%20COMO%20FATOR%20DE%20INOVACAO%20NO%20ENSINO%20TECNICO.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

TRANSFORMANDO nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Organização das Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2018.

VERGA, Everton; SILVA, Luiz Fernando Soares dá. **Empreendedorismo: evolução história, definições e abordagens**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS (EGEPE), 8, 2014, Goiânia, Brasil. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.egepe.org.br/anais/tema05/186.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2018.

VERSIANI, Ângela França; BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira; GUIMARÃES, Liliane de Oliveira. **Centro de Empreendedorismo Puc. Minas: extensão e pesquisa para apoio a negócios emergentes**. Disponível em: <http://www.an-grad.org.br/_resources/files/_modules/producao/producao_585_201212051834228e9c.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

XAVIER, Ana Cláudia Galvão et al. Concepções, Diretrizes e Indicadores da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – EPCT. In: **Extensão tecnológica – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Cuiabá: CONIF/IFMT, 2013. Disponível em: <https://ww1.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201601411425429documento_extensao_tecnologica_v_5.0.pdf>. Acesso em: 03 out. 2018.